

MÉDICO SEM ESPECIALIDADE e agora ?

Texto introdutório pela **Dra. Constança Carvalho**
(Presidente da Associação de Médicos pela Formação Especializada)

A questão do acesso à Especialidade por parte dos jovens médicos tem sido alvo de discussão há vários anos. A ameaça de que médicos recém-formados poderiam ver-se excluídos da formação médica pós-graduada foi várias vezes anunciada. De facto, a ameaça tornou-se realidade em 2015, aquando das escolhas de especialidade do concurso IM2016.

As alterações introduzidas no concurso de 2016 tornaram uma situação que até então era de exceção (médicos que não prosseguiam a formação para obtenção do grau de Especialista) numa realidade para cada vez mais colegas. Aliás, com a modificação em 2018 do Regime Jurídico do Internato Médico, a situação de “médico sem especialidade” passou, inclusivamente, a ser assumida como alternativa viável, expectável e contemplada na lei através da separação da Formação Geral (antigo “Ano Comum”) e da Formação Específica em dois momentos formativos separados e independentes, sem garantia de continuidade formativa, estando até prevista a opção da não realização da Prova Nacional de Acesso (PNA) para os candidatos que pretendam somente concluir o Internato de Formação Geral.

Muitas foram as entidades que se opuseram a estas mudanças e que manifestaram as suas posições, mas até ao momento não houve quaisquer alterações. Esta situação está longe de ser uma realidade imutável, havendo em cima da mesa diversas propostas com vista à mitigação e até solução desta problemática, umas mais realistas, definitivas e exequíveis que outras, mais a curto e a longo-prazo. Um dos grupos mais ativos na apresentação de propostas é a Associação de Médicos pela Formação Especializada (AMPFE), do qual faço parte. Esta associação é contra a criação de médicos sem especialidade de forma rotineira e assumida e já apresentou às diversas entidades envolvidas uma proposta concreta nesse sentido.

Números da AMPFE indicam que, só este ano, poderão ser 1200 os candidatos a ficar impedidos de continuar o seu processo formativo, podendo disparar para cerca de 4100 já em 2021. Sendo impossível aferir a precisão destas previsões (os números reais dependem da atribuição de capacidades

formativas, do número de candidatos e de desistências), é indiscutível que o número de colegas sem acesso à Formação Especializada tem vindo a crescer a um ritmo acelerado, com tendência a subir de forma cada vez mais exponencial se nada for feito.

No entanto, é evidente que, 4 anos após o primeiro concurso sem vagas para todos os candidatos, a maioria dos estudantes e recém-formados em Medicina continuam a desconhecer que alternativas existem para quem não tem acesso à especialidade. Ficam “condenados” a repetir a PNA uma e outra vez até conseguirem entrar? Ficam a trabalhar como “tarefeiros” em Serviços de Urgência? O que significa ser “tarefeiro”? O que implica? A que está habilitado a fazer um médico sem especialidade? Há carreiras alternativas, clínicas ou não? Cada vez mais colegas se veem confrontados com este cenário e a informação disponível não abunda.

Tem sido frequente por parte das várias entidades envolvidas - Ordem dos Médicos, Ministério, Sindicatos, Faculdades, Associações de Estudantes - referir que nem todos os formados em Medicina têm de enveredar pela clínica; que na investigação, indústria e empresas procuram jovens com formação médica; que há cursos, Pós-Graduações, Mestrados, Doutoramentos, que permitem, a quem o pretenda, aprofundar o seu conhecimento e diferenciação. Mas raramente nos seus discursos concretizam além destas afirmações superficiais.

A informação vai passando lentamente por aquele colega que está nessa situação, que tirou aquele curso, que mandou o *curriculum* para determinado local, que por tentativa e erro foi percebendo em que formações valia a pena investir, que instituições valia a pena contactar, com que hospitais e empresas era mais seguro trabalhar. Mas nunca se difunde verdadeiramente, resultando muitas vezes em custos pessoais e financeiros para pouco retorno.

Só quando confrontados com um futuro sem especialidade é que se começa a pesquisar, e apercebemo-nos que na esmagadora maioria dos casos se fica preso a Contratos de Prestação de Serviços – os chamados “Recibos Verdes” – o que significa que não há férias ou dias de formação pagos, não há subsídios, não há um salário fixo, não há obrigatoriedade de integração nas equipas ou de apoio por parte de colegas mais velhos, não há uma carreira onde progredir, não há sequer uma garantia de trabalho a longo prazo. Muitos dirão que os valores praticados em muitos locais até compensam, mas fica a dúvida se o mesmo se irá manter à medida que cada vez mais pessoas são colocadas nessa situação.

Ficamos a saber que, legalmente, o apoio conferido pelos Sindicatos a quem trabalha por Contratos de Prestação de Serviços é limitado, havendo até sindicatos que, estatutariamente, não representam médicos sem vínculo contratual por Conta de Outrem.

Constatamos que cursos e pós-graduações há muitos e por muitas entidades, na sua maioria dispendiosos e com escassa informação quanto à utilidade prática, qualidade formativa ou o que habilitam legalmente a praticar quem os conclui.

Ouvimos falar nas Competências atribuídas pela Ordem dos Médicos e respetivos Colégios de Competência, diferentes das Especialidades e Colégios de Especialidade, como uma alternativa para quem fica impedido de obter o grau de Especialista. Mas ao consultar os critérios disponibilizados pela própria Ordem dos Médicos é imediatamente perceptível que muitas têm requisitos impossíveis de cumprir para quem não está integrado num Programa de Formação Específica ou sem vínculo contratual a uma instituição de Saúde.

Há sempre quem fale da emigração, de forma quase leviana, como se ignorasse o que implica mudar de país, de língua, deixar tudo para trás. Portugal sempre foi um país de emigrantes, é verdade, mas não deixa de ser quase perverso que quando é nítido que faltam Especialistas no Serviço Nacional de Saúde, todos os anos centenas de jovens fiquem impedidos de continuar a sua formação. Centenas que muito brevemente se tornarão milhares se nada se alterar.

Eu própria, enquanto estudante, não sabia onde procurar, a quem me dirigir, caso não conseguisse uma vaga de Formação Especializada. Mesmo agora, Interna de Formação Geral e Presidente de uma Associação que trabalha nestas matérias, mantenho muitas dúvidas.

Por isso, espero que os testemunhos que colegas nossos gentilmente se prontificaram a partilhar sejam úteis e se traduzam na informação que gostaria de ter tido enquanto estudante. Que vos permitam traçar um caminho mais acertado. Que vos deem uma imagem mais nítida da realidade de quem fica de fora da Formação Especializada. E que vos inspirem a mobilizarem-se para que sejam criadas alternativas reais e com informação mais transparente.